



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 857, de 21 de julho de 2020. - E-mail: casadoconselho@praiagrande.sp.gov.br
Ata de reunião extraordinária realizada, em 21 de agosto de 2025

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de 2025, às 19h34, o Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, Jefferson Maia, iniciou a reunião em segunda chamada, agradecendo a presença de todos. **Informou que a presente reunião extraordinária tem como pauta a apresentação do PAR, resultado das oitivas realizadas com a sociedade civil, conduzidas pelo município por meio do Subsecretário de Cultura, Alan Queiroz.** Ressaltou que o objetivo é apresentar o material consolidado a partir dessa escuta, visando chegar a um modelo ideal para a aplicação das verbas destinadas ao 2º ciclo da PNAB. O Presidente destacou que fará a leitura do material projetado para todos os presentes e explicou que, em caso de dúvidas, todos poderiam se manifestar, sendo a Secretária Kelly Franco responsável por registrar a ordem das falas para garantir o diálogo e a organização dos trabalhos. Em seguida, passou a palavra ao Subsecretário de Cultura, Alan Queiroz, que cumprimentou os presentes e informou que preparou uma apresentação simples, mas que ao final traria uma tabela ilustrando a possível distribuição dos recursos. Relatou que foram realizados quatro encontros presenciais: no dia 11, na Casa dos Conselhos; no dia 14, no bairro Samambaia; no dia 17, no Espaço Cultural Arueiras; e no dia 1º, no Auditório da Secretaria de Educação Roberto Marinho. Além desses encontros, também foram recebidas 56 contribuições por meio das consultas on-line. Apontou que a principal dificuldade encontrada, tanto nas escutas presenciais quanto nas virtuais, foi o fato de muitos participantes apresentarem demandas relacionadas ao regramento dos editais, como a necessidade de melhor distribuição dos recursos, o valor considerado baixo dos editais de R\$ 3.000,00, e a solicitação de maior atenção à diversidade e à inclusão. Ressaltou que o PAR não trata do regramento em si, mas sim da definição dos tipos de editais que serão lançados. O Subsecretário destacou ainda que, ao mensurar as contribuições, chegou-se a um resultado consolidado que seria apresentado na reunião. Recordou brevemente o funcionamento do primeiro ciclo da Política Nacional Aldir Blanc, informando que, para o 2º ciclo, o município receberá o montante de R\$ 2.259.391,59 e, ao final de todos os ciclos, o valor acumulado de R\$ 9.037.566,36. Explicou que o Plano de Ação, trabalhado em linhas gerais, foi elaborado a partir desse processo participativo e encaminhado ao Ministério da Cultura. Na sequência, foi apresentada a tabela de possíveis editais, destacando-se que 5% do recurso, equivalente a R\$ 112.959,58, será destinado ao custo operacional; R\$ 1.431.574,11 para editais de fomento; R\$ 150.000,00 para aquisição; e R\$ 564.000,00 para o Cultura Viva, lembrando que este último valor já é de caráter obrigatório, correspondendo a 25% do total. O Subsecretário Alan Queiroz explicou que o PAR, diferentemente do PAAR do ano anterior, caracteriza-se como um plano de aplicação de recursos que pode ser plurianual, embora até o momento apenas uma cidade do Estado de São Paulo tenha optado por essa modalidade. Ressaltou que todo o trabalho foi realizado pela Secretaria de Cultura e Turismo, a partir do acolhimento das demandas da cidade, sendo exibidos os dados colhidos durante as consultas públicas. O Subsecretário detalhou que muitas das contribuições apresentadas nas oitivas foram repetitivas, imprecisas ou relacionadas a valores considerados baixos. Por essa razão, foram realizados filtros para melhor compreensão das propostas. Entre as demandas mais recorrentes, destacou-se a continuidade dos agentes culturais, editais destinados a primeiras inscrições e primeiras obras, cursos de aperfeiçoamento, inclusão da área de jogos eletrônicos e incentivos a artistas iniciantes. Apresentou, então, os novos editais sugeridos, sendo três a quatro propostos, com predominância da manutenção dos editais já existentes, como o de Multilinguagens, que se mantém, alterando-se apenas a distribuição interna dos recursos. O Presidente Jefferson Maia abriu espaço para questionamentos, mas não houve manifestações iniciais. Em seguida, detalhou-se o Edital de Fomento e Produção de Eventos, no qual, anteriormente, eram três vagas de R\$ 80.000,00 cada, e nesta edição passam a ser duas vagas de R\$ 100.000,00 cada, totalizando R\$ 200.000,00. Alan Queiroz lembrou que, no PAR anterior, os valores finais foram superiores aos previstos em razão dos rendimentos em conta, o que pode também ocorrer neste ciclo. No Edital de Fomento, o valor de R\$ 739.317,00 possibilitará aproximadamente 85 vagas, com média de R\$ 9.000,00 por contemplado, superior à média anterior de R\$ 8.000,00. Everton Mendes ponderou que esses valores são estimativos e poderão variar conforme a distribuição e categorias definidas nos editais. Foi apresentado o Edital de Seleção de Agentes Culturais Comunitários, que contará com 11 vagas, sendo 10 para agentes e 1 para coordenador. Também foi mencionado o Edital de Intercâmbio Cultural,



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 857, de 21 de julho de 2020. - E-mail: casadoconselho@praiagrande.sp.gov.br

Ata de reunião extraordinária realizada, em 21 de agosto de 2025

acrescido da novidade do LAC – Laboratório de Ativação Cultural, voltado ao audiovisual e à música. O Subsecretário esclareceu que o estúdio público de gravação será equipado e contará com um produtor musical, permitindo o agendamento de diferentes linguagens artísticas, como sertanejo, funk, rap, trap, pagode, hip hop, teatro e circo, para trilhas sonoras e produções diversas. O valor destinado é de R\$ 190.000,00, definido a partir de pesquisa de mercado e consultas a profissionais. Será ainda lançado um Edital de Manutenção e Gestão do LAC, abrangendo audiovisual e fotografia, com valor de R\$ 125.000,00, destinado também à manutenção dos equipamentos. Além disso, foi previsto um Edital para Primeiros Projetos, no valor de R\$ 80.000,00, contemplando 10 vagas de R\$ 8.000,00 cada. No eixo de formações, foram propostas 12 vagas, mantendo-se os valores do ciclo anterior. Quanto à aquisição, foi destacado o investimento em sistema de sonorização, destinado a disponibilizar equipamentos para batalhas de rima, eventos de praça e demais ações externas. O custo operacional permanecerá em 5%, conforme previsto no Plano de Ação. No âmbito do Cultura Viva, Alan Queiroz ressaltou que alguns valores são pré-determinados, como o TCC, que possui valor mínimo de R\$ 90.000,00, resultando em três vagas para espaços já certificados e com CNPJ. A premiação de Pontos de Cultura, o edital de Mestres e Mestras da Cultura (R\$ 2.100,00 mensais por seis meses, conforme tabela do CNPq, com quatro vagas) e o apoio à participação no Encontro Nacional de Teias, previsto para março no Espírito Santo, também foram apresentados. Este último edital terá valor total de R\$ 70.699,00, considerando a obrigatoriedade de contrapartida municipal de 25% sobre os R\$ 56.484,00 repassados pelo Ministério da Cultura. Everton Mendes destacou que, embora não haja exigência de contrapartida mínima além da referente às Teias, o município de Praia Grande se comprometeu a investir R\$ 225.000,00, valor superior aos R\$ 14.000,00 obrigatórios, reafirmando o compromisso com o fomento cultural local. Alan Queiroz reforçou que a proposta apresentada é inicial e ainda passível de ajustes antes do envio definitivo ao Ministério da Cultura, dizendo que o debate naquele momento tratava da definição dos editais a serem lançados, não do regramento interno de cada um. O Presidente abriu espaço para falas. Everton Mendes incentivou novos participantes a se manifestarem. O agente cultural Tato Sanches questionou a ausência de editais de Aprimoramento e de Pesquisa, enfatizando que tais propostas foram discutidas nas oitivas e diferenciando formação de aprimoramento. Alan Queiroz respondeu que ações formativas e o intercâmbio cultural contemplam aspectos de aprimoramento, inclusive com possibilidade de aquisição de equipamentos. Everton Mendes lembrou que o termo aprimoramento foi utilizado em editais da Lei Paulo Gustavo. Alan reforçou que a ausência do edital de pesquisa ocorreu porque a prioridade foi atender os itens mais demandados, mas que, se houvesse consenso, poderia ser incluído, desde que fossem realocados recursos. A produtora cultural Erika Mesquita questionou sobre os valores destinados ao LAC. Alan Queiroz explicou que não existem valores pré-determinados e que o montante de R\$ 190.000,00 foi definido com base em estudo de mercado, contemplando estruturação do estúdio, equipamentos, manutenção, mobiliário, climatização, pagamento de produtor musical e gestão do espaço, prevendo um mês de instalação e dez meses de funcionamento. Destacou ainda que os editais exigem que o responsável seja pessoa jurídica, podendo ser MEI ou CNPJ, e que, ao final do período, os equipamentos passam a ser patrimônio da Secretaria de Cultura. O Presidente Jefferson Maia observou, com apoio da conselheira Val Rizzutti, que o investimento no LAC atende a uma demanda histórica da comunidade musical local, destacando o impacto positivo para artistas que não têm acesso a estúdios particulares, cujos custos são elevados. O agente cultural Erick corroborou, ressaltando que o custo médio de gravação profissional é de aproximadamente R\$ 2.800,00 por faixa, e que o LAC beneficiará diretamente as bandas autorais da cidade. Alan reforçou que o valor de R\$ 190.000,00 já contempla a implementação e os 10 meses de funcionamento. O agente cultural William ponderou que o valor poderia ser insuficiente para manter o estúdio após a implantação, mas Alan reafirmou que o orçamento inclui instalação e funcionamento. Na sequência, Tato Sanches observou que o valor destinado ao LAC poderia ser reduzido e sugeriu maior flexibilidade no detalhamento de equipamentos, para evitar engessamento e permitir adequação por parte da entidade gestora. Reforçou ainda a importância de incluir editais de Pesquisa ou Aprimoramento, ressaltando que a qualidade da produção cultural depende também do investimento em formação e estudo contínuo, além da difusão e da produção. Seguindo a ordem de inscrição, Marquinhos toma a palavra e comenta que realiza gravações com alguns artistas da região,



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 857, de 21 de julho de 2020. - E-mail: casadoconselho@praiagrande.sp.gov.br

Ata de reunião extraordinária realizada, em 21 de agosto de 2025

citando como exemplo o produtor Silas Groove, cujo estúdio possui equipamentos avaliados em alto valor, com qualidade de ponta. Segundo ele, Silas é considerado um dos melhores produtores da Baixada, se não o melhor. Ressalta que, quando se fala em montar um estúdio, é preciso pensar em equipamentos de qualidade, como microfones condensadores, aparelhos adequados e mesas de canais que garantam um trabalho profissional. Isso demanda investimento significativo, e por isso fez uma pesquisa de custos. Alan confirma que, de fato, realizou a pesquisa mencionada, inclusive com o próprio Silas Groove. Marquinhos reforça então que conhece o estúdio e já realizou diversas gravações lá, inclusive com trabalhos enviados para fora do Brasil, destacando a responsabilidade envolvida. Afirma que Silas é um produtor organizado, com equipamentos de altíssimo nível e estrutura para diferentes estilos musicais, como rap e rock, além de contar com espaço adequado para instrumentos, inclusive bateria. Para ele, o valor de R\$ 190.000,00 seria insuficiente, defendendo a necessidade de ampliar o investimento, com o objetivo de garantir qualidade. Alan Queiroz responde que não questiona a importância de se aumentar o valor, mas ressalta que é preciso indicar de onde serão retirados os recursos dentro dos editais já previstos. Na sequência, Zé Paulo levanta preocupação sobre a duração dos contratos, questionando até quando ficariam válidos e como se daria a transição para novos editais, considerando os possíveis efeitos de futuros chamamentos. Everton Mendes complementa dizendo que, para esse tipo de projeto, seria interessante priorizar produtores da própria região. Seguindo a ordem, Kátia perguntou sobre os requisitos para acessar o edital do Cultura Viva. Alan respondeu, explicando que existem pontos que devem ser mantidos e outros que sofreram alterações. Ele cita como exemplo o TCC (formação continuada): no edital anterior não havia obrigatoriedade de já ser reconhecido como Ponto de Cultura; bastava possuir um espaço cultural ativo para ser pré-certificado e, assim, poder acessar o recurso. No entanto, informa que agora houve mudança, sendo exigido que a entidade já seja reconhecida como Ponto de Cultura para poder participar. Alan Queiroz, Subsecretário de Cultura, diz que os editais e seus regramentos são definidos diretamente pelo Ministério da Cultura. Explica que os Pontos de Cultura que participaram do primeiro ciclo já estão em fase de certificação: a Secretaria encaminha a documentação ao Ministério, que concede o certificado oficial de reconhecimento. No caso de quem ainda não é Ponto de Cultura, Alan destaca que será possível pleitear a premiação de reconhecimento, no valor aproximado de R\$ 17 mil. Ele exemplifica: se houver 15 espaços pré-certificados para apenas 10 vagas, todos poderão ser reconhecidos como Ponto de Cultura, mas os critérios de seleção e segmentação serão estabelecidos no próprio edital nacional. A munícipe Kátia questiona se, para acessar a premiação dos próximos editais, seria necessária a certificação estadual. Alan responde que não, pois a certificação virá a partir do processo federal. Na sequência, o munícipe Zé Paulo comenta que, embora não seja necessário montar um estúdio de padrão máximo, também não se pode aceitar algo de baixa qualidade. Sua dúvida é se, ao disputar o edital, seria preciso adquirir novos equipamentos ou se poderia utilizar os que já possui, devolvendo-os posteriormente. Alan explica que os equipamentos adquiridos com recursos do edital deverão ser comprados especificamente para o projeto e, ao final, se tornam patrimônio da Secretaria de Cultura, independentemente de onde sejam utilizados. Explica ainda que o trabalho deve totalizar 20 horas semanais, cuja distribuição ficará a cargo da gestão do espaço, conforme previsto no edital. Outro ponto levantado foi sobre a quantidade de Pontos de Cultura reconhecidos no município. Alan informa que atualmente são **3 pontos oficialmente certificados pelo Estado:**

- ONG DCM
- Associação de Melhoramentos do Bairro Vila São Jorge
- Espaço Cultural Arueiras do Brasil

Além desses, houve a **pré-certificação de outros 7 espaços, que aguardam validação final do Ministério da Cultura. Todo o processo de pontuação e reconhecimento é registrado no Sistema Cultura Viva, e somente após esse trâmite o Ministério concede a certificação definitiva.** O próximo inscrito, Everton Mendes, representante do poder público, retoma a fala com base em uma sugestão anterior de Tato Sanches. Everton questiona como será o processo de decisão, se por votação, e propõe trazer nitidez retomando modelos



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 857, de 21 de julho de 2020. - E-mail: casadoconselho@praiagrande.sp.gov.br
Ata de reunião extraordinária realizada, em 21 de agosto de 2025

de editais anteriores. Ele cita o edital de Intercâmbio Cultural, explicando que compreende bolsas para custear despesas de deslocamento, permanência e participação em eventos culturais, festivais, feiras e intercâmbios, em âmbito regional, nacional e internacional. Cita também o edital de Formação Cultural, que se refere a cursos, oficinas e atividades formativas em áreas técnicas, de gestão e produção cultural, realizadas no município de Praia Grande. Em seguida, menciona o modelo do Aprimoramento Técnico, já conhecido no período da Lei Paulo Gustavo, voltado à especialização de agentes culturais em diversas áreas artísticas (exceto audiovisual), através de cursos, oficinas, seminários e similares. Everton propõe a reflexão: se os recursos inicialmente pensados para “intercâmbio” devem ser redirecionados para formação e aprimoramento técnico, ou se seria o caso de dividir o valor entre ambas as linhas, ou ainda buscar recursos de outro edital. O presidente Jefferson Maia sugere que essas discussões já sejam sistematizadas para votação em bloco. O modelo do PAR, apresentado por Alan Queiroz, foi novamente debatido, especialmente no que se refere à compra de equipamentos para os estúdios de música e audiovisual. Ficou reforçado que tais aquisições são importantes pois se tornam patrimônio comunitário da Secretaria de Cultura e Turismo. Alan informou ainda que consultou o produtor musical Silas Groove, referência na cidade, que apresentou uma listagem de equipamentos necessários para uma produtora musical de qualidade. O valor estimado para a aparelhagem foi de aproximadamente R\$ 35.000,00. Seguindo a ordem de inscrições, Tato Sanches voltou a apresentar suas propostas, buscando consenso e acolhimento por parte da classe cultural presente na reunião. Tato Sanches apresentou sua proposta de remanejamento, sugerindo retirar R\$ 25.000,00 do LAC e realocar esse valor no edital de intercâmbio, alterando, porém, a nomenclatura para o edital de aprimoramento. Ressaltou a importância de que o texto do edital preveja a possibilidade de realização de intercâmbios dentro do escopo do aprimoramento. Em relação a um possível edital de pesquisa, Tato destacou a relevância do tema, apontando que pesquisas permitem identificar os impactos das políticas culturais e auxiliar na tomada de decisões futuras. Como exemplo, mencionou dado de levantamento anterior, segundo o qual 44% dos recursos da Lei Paulo Gustavo ficaram concentrados em apenas quatro bairros da cidade, o que só foi possível identificar por meio de pesquisa. No entanto, ele ponderou que não apresentava uma proposta específica de onde retirar os recursos, sugerindo que, para viabilizar essa linha, se utilizassem os rendimentos gerados em conta, sem prejudicar os valores já definidos em outros editais. Everton Mendes questionou qual seria o valor estimado para este edital de pesquisa. Entre os participantes, chegou-se a um consenso de que poderia variar entre R\$ 40.000,00 e R\$ 60.000,00. O subsecretário Alan Queiroz sugeriu o valor intermediário de R\$ 50.000,00. Tato defendeu que fosse ao menos incluída uma rubrica de pesquisa já no documento do PAR, para evitar que o tema ficasse em aberto. Everton Mendes reforçou a necessidade de pactuar um valor, ainda que provisório, de forma que o compromisso ficasse registrado. Na sequência, discutiu-se a possibilidade de retirar valores de outros editais: Tato sugeriu retirar R\$ 20.000,00 do edital de festivais, mas Kelly Franco lembrou que seria necessário consultar os realizadores de festivais antes de reduzir esse valor.

Alan Queiroz recapitulou os números, lembrando que:

- O edital de fomento às produções de eventos (festivais, feiras, mostras e multilinguagens) estava previsto em R\$ 200.000,00 (sendo R\$ 100.000,00 para cada um dos dois selecionados);
- O edital de agentes comunitários em R\$ 739.000,00;
- O edital de intercâmbio em R\$ 30.000,00, com proposta de ampliação para R\$ 55.000,00, passando de 5 para 10 vagas de R\$ 5.500,00 cada;
- O edital de manutenção e gestão de laboratório cultural, inicialmente em R\$ 125.000,00, foi reduzido para R\$ 100.000,00.

O presidente Jefferson Maia fez o adendo de que o edital de aprimoramento, mesmo ampliado, seria o de menor valor entre os previstos. Lembrou ainda que, em debates anteriores, já havia consenso de que nenhum edital deveria ser inferior a R\$ 5.000,00 por projeto. Após votação, as alterações foram aprovadas por unanimidade,



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Lei Complementar nº 857, de 21 de julho de 2020. - E-mail: casadoconselho@praiagrande.sp.gov.br

Ata de reunião extraordinária realizada, em 21 de agosto de 2025

ficando definidas as seguintes mudanças:

- Alteração do título do edital de Intercâmbio para aprimoramento (com previsão de intercâmbio no texto do edital).
- Reforço de recursos: de R\$ 30.000,00 para R\$ 55.000,00, passando de 5 para 10 vagas, no valor de R\$ 5.500,00 cada.
- Criação da rubrica de Pesquisa de Impacto, com previsão inicial de R\$ 40.000,00, realocados do fomento (R\$ 15.000,00) e do edital de multilinguagens (R\$ 15.000,00), além da possibilidade de suplementação com rendimentos futuros.
- Redução do edital de fomento a eventos de R\$ 200.000,00 para R\$ 160.000,00, preservando o equilíbrio entre festivais e multilinguagens.

Everton Mendes pediu que ficasse registrado em ata que os rendimentos financeiros serão utilizados para recompor valores eventualmente reduzidos, de acordo com pactuação unânime da plenária. Sobre a titulação do novo edital, houve sugestão de utilizar novamente o nome “Pesquisa de Impacto”, como no ciclo anterior, ficando acordado que a definição final do título será feita oportunamente. Na sequência, discutiu-se a remuneração de profissionais que atuarão nos estúdios culturais. Um produtor musical presente sugeriu o valor de R\$ 5.000,00 mensais para dedicação de 20 horas semanais. Everton Mendes esclareceu que, nos cálculos da Secretaria, foi considerado R\$ 6.000,00 para esse profissional, valorizando sua função. O agente cultural Babá Leandro questionou os critérios de certificação dos Pontos de Cultura. Alan Queiroz explicou que o modelo segue os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Cultura, cujo sistema Cultura Viva abriu em 8 de agosto para inserção de documentos de pré-certificados. Após análise ministerial, os certificados serão emitidos. Por fim, a produtora cultural e artista Erica Mesquita, da Companhia Circense Rebote, destacou a importância de que o edital de aprimoramento seja abrangente, incluindo formação educativa e intercâmbio, e manifestou concordância com as mudanças propostas e aprovadas. O presidente Jefferson Maia consultou novamente os conselheiros presentes, constatando consenso. Aprovou-se, portanto, o documento do PAR – Plano de Aplicação de Recursos do segundo ciclo da PNAB, com as alterações debatidas. Jefferson agradeceu a presença e colaboração de todos, reforçando a qualidade do diálogo estabelecido com a sociedade civil. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com 1h45min48s de duração. Eu, Kelly Franco, secretária, lavrei a presente ata.

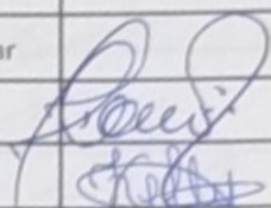
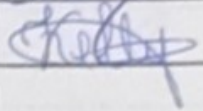
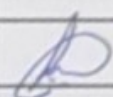
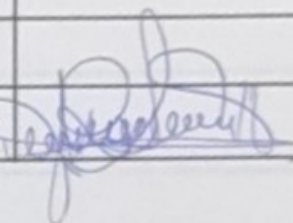
Assinaturas:

Presidente: Jefferson Khary Maia da Conceição

Secretária: Kelly Cristina Elvas Franco

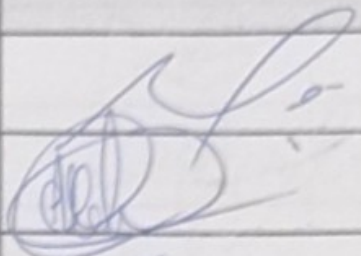
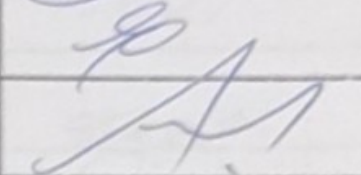
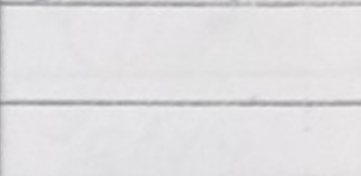
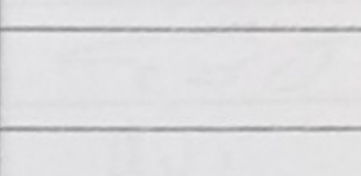
21.08.2025 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE PRAIA GRANDE-SP

CONSELHEIROS (AS) - SOCIEDADE CIVIL

	NOME COMPLETO	E-MAIL	TELEFONE DE CONTATO	CADEIRA QUE REPRESENTA	ASSINATURA
1	Carlos Henrique Damasceno Alves	damascenoalvescarlos@gmail.com	13 99105-5675	Dança - Titular	
2	Carolina Jones Leal	cacaudance@gmail.com	13 98230-5040	Dança - Suplente	
3	Enzo Enrico Pacheco Orellana	enzo.enrico2023@gmail.com	13 98864-0444	Música - Titular	
4	Fátima Aparecida Jaguanharo Carvalho	fatima.jaguanharo@gmail.com	13 99628-6300	Livro, Leitura e Literatura - Titular	
5	Jefferson Khary Maia da Conceição	jmprodeventos86@gmail.com	13 99171-3765	Cultura Étnica - Titular	
6	Kelly Cristina Elvas Franco	kellyfranco.teatro@gmail.com	13 98165-7637	Teatro e Circo - Titular	
7	Kleber Fernando da Silva Pinto	kleber.ray.lg@gmail.com	13 98213-4389	Artes Visuais e Audiovisual - Titular	
8	Leonardo Augusto Fernandes Alves	leonardo.br@msn.com	11 95500-7990	Cultura LGBTQIA+ - Titular	
9	Leonildo Antonio Modesto	acpp.mestreangoleiro@gmail.com	13 99210-7238	Cultura Popular - Titular	
10	Pettersson Cesar de Souza	peu.grafitepg@gmail.com	13 99635-9625	Hip Hop e Cultura Urbana - Titular	
11	Roberto França	bethofrantinelli@gmail.com	13 99134-6211	Teatro e Circo - Suplente	
12	Valesca Rizzutti Soares	valrizzutti@gmail.com	13 997601921	Cultura Digital e Comunicação - Titular	

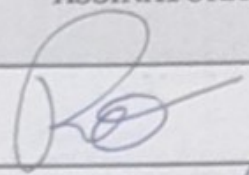
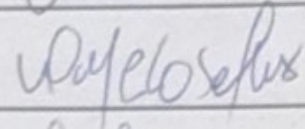
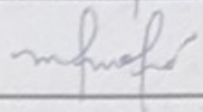
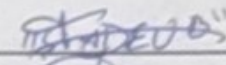
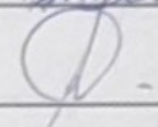
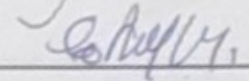
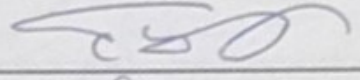
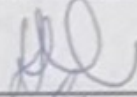
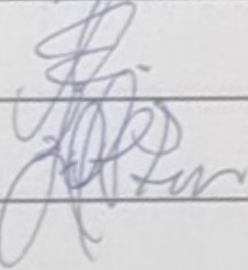
21.08.2025 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE PRAIA GRANDE-SP

CONSELHEIROS (AS) - PODER PÚBLICO

	NOME COMPLETO	E-MAIL	TELEFONE DE CONTATO	SECRETARIA QUE REPRESENTA	ASSINATURA
1	Alessandra da Silva Junke de Oliveira	alessandrafepraia grande.sp.gov.br	13974094373	SEFIN	
2	Maria Carmida Couto	coutocarmilda46@bdiaul.com	1398842-6680	Cidadania	
3	Erton Santos Silva	SECTUREVENTOS@PRAGRA SP.GOV.BR	(13)991161707	SECTUR	
4	Luiz Carlos Ferreira Oliveira	LuizCarlosFerreira.Oliveira@	(13) 992710244	SEAI	
5					
6					
7					
8					
9					
10					

21.08.2025 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE PRAIA GRANDE-SP

CONVIDADOS (AS) E VISITANTES

	NOME COMPLETO	CONTATO (E-MAIL E/OU TELEFONE)	SEGMENTO, COLETIVO OU SETOR QUE REPRESENTA	ASSINATURA
1	Rodrigo Oliveira Tullio	TLTULLIO1974@GMAIL.COM	Religioso	
2	William de Melo Sales	william4cnm@hotmail.com	MVSEA	
3	Milene F. dos S. Jofai	milenesofa@hotmail.com	munic	
4	TATO SANCHES	CIRCOLABCULTURA@gmail.com	AV. TEATRO/CIRCO/PRODUÇÃO	
5	Ricardo Rom	RMDASSESSORIA DIGITAL@GMAIL.COM	AUDIOVISUAL/LGBT	
6	Erika R. M. Mesquita	erikaromanao@gmail.com	CIRCO	
7	Guilherme Coelho Chang	ATAHUALPA79@protonmail.com	CIRCO	
8	Katia de Souza Sora	Katia.pgs@gmail.com Katia.pgs@hotmail.com	afro descendente Centro Cultural	
9	Amada Rios	amada.rios@at2cok.com	Artes Visuais	
10	Alison Rios	1745697 3292	munic	